

**Estudo sobre a incidência, de
pessoas idosas com deficiência,
com enfoque na cor, raça e sexo,
nos dados do censo IBGE/2010**

*Study on the incidence of elderly people with
disabilities, focusing on color, race and sex, the
IBGE / 2010 Census data*

Alyne Dayane Pacífico Sousa
Carmen Jansen de Cárdenas

RESUMO: O presente artigo consiste em realizar uma análise do perfil sociodemográfico de pessoas idosas com deficiência, a partir da sistematização dos dados disponibilizados pelo Censo 2010, com um recorte específico, quanto à distribuição de atributos como cor, raça e sexo. A abordagem é descritiva.

Palavras-chave: Idoso; Pessoa com Deficiência; Censo.

ABSTRACT: *The present article is to conduct an analysis of the socio-demographic profile of older people with disabilities, from the systematization of data provided by the 2010 Census, with a specific focus on the distribution of attributes such as color, race and sex. The approach is descriptive.*

Palavras-chave: *Elderly; Persons with Disabilities; Census.*

Introdução

A população mundial e a brasileira estão envelhecendo, mas o envelhecimento das nações tem preocupado bastante alguns analistas econômicos. Espera-se que o número de centenários mais que duplique em todo o mundo até 2030. Existem projeções que indicam quase 3,4 milhões deles até 2050, isso considerando um cenário de queda de fertilidade. Alguns países ficarão mais velhos mais depressa do que outros. No Brasil, o envelhecimento da população está se acelerando dramaticamente. Uma análise de longo prazo deixa isso claro (Camarano, & Kanso, 2010).

O país levou seis décadas para ver a participação das pessoas acima de 60 anos aumentar de 5% da população para os atuais 10%. Nos próximos 40 anos, esse percentual deverá chegar a 30%. Em 2050, o número de brasileiros acima de 60 anos totalizará cerca de 70 milhões, quase a população atual da França (Camarano, & Kanso, 2010).

Tal cenário é que motivou o anseio de analisar os dados do Censo de 2010, a respeito da relação entre o idoso e a(s) deficiência(s), focando nos aspectos sociodemográficos tais como: cor, raça, renda e sexo. Considerando-se o crescimento demográfico e populacional da sociedade e, na medida em que as pessoas alcançam a idade avançada, maiores são as chances de adquirir alguma deficiência ou limitação em decorrência de um acúmulo de riscos à saúde durante um período de vida tantas vezes marcada por doenças e lesões (Neri, 2003).

Os dados do censo do IBGE de 2010 apontam que a deficiência atinge as pessoas em qualquer idade; algumas pessoas nascem com ela, outras a adquirem ao longo da vida. Essa relação deficiência-pessoas varia de acordo com a idade; neste caso especificamente, serão apresentadas pessoas maiores de 60 anos que apresentam uma ou mais deficiências.

Segundo o Decreto n.º 3298/99 regulamentado pela Lei n.º 7853/89, o termo deficiência designa:

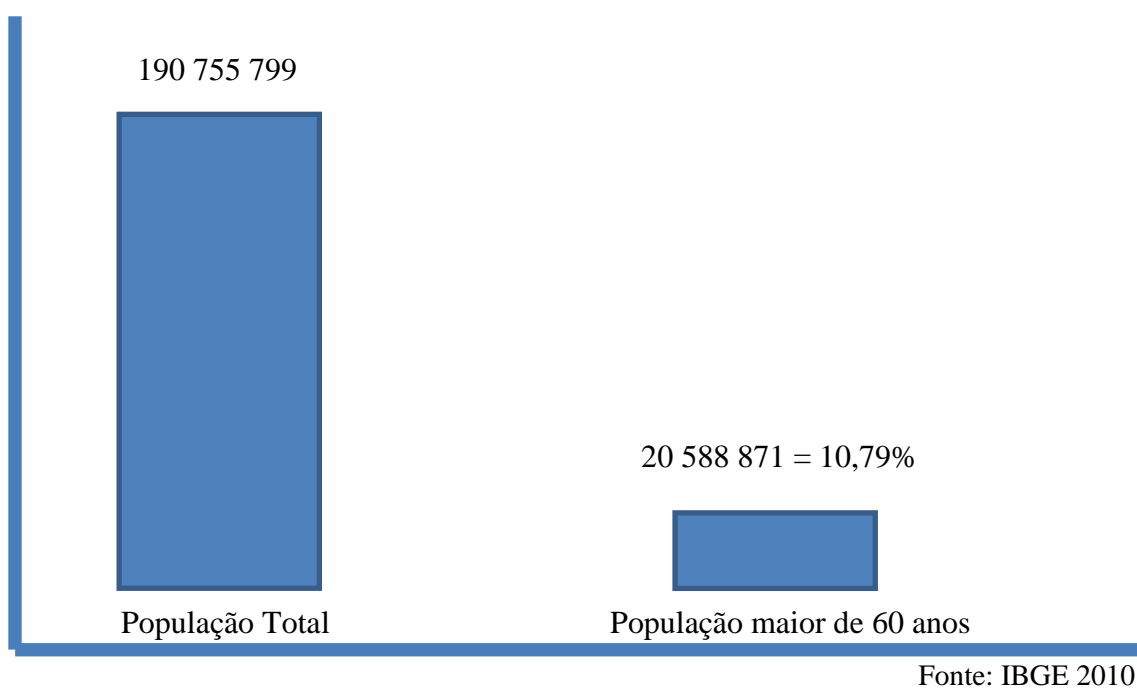
I - Toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III - Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Segundo o último Censo (2010), as deficiências apresentam uma maior incidência na população acima de 60 anos; que o processo de envelhecimento e a consequente perda de funcionalidades estão em uma relação significativa; e que o crescimento da população idosa que possui algum tipo de deficiência é relevante e merece ser abordado (IBGE, 2010).

Percentual da População total Brasileira em relação ao número de idosos acima de 60 anos, no Censo de 2010



Dados estatísticos do Censo de 2010: Deficiência e envelhecimento

O calendário de divulgação dos resultados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizou, no dia 29 de junho de 2012, a publicação relativa às características gerais da população, religião e pessoas com deficiência (IBGE, 2012a).

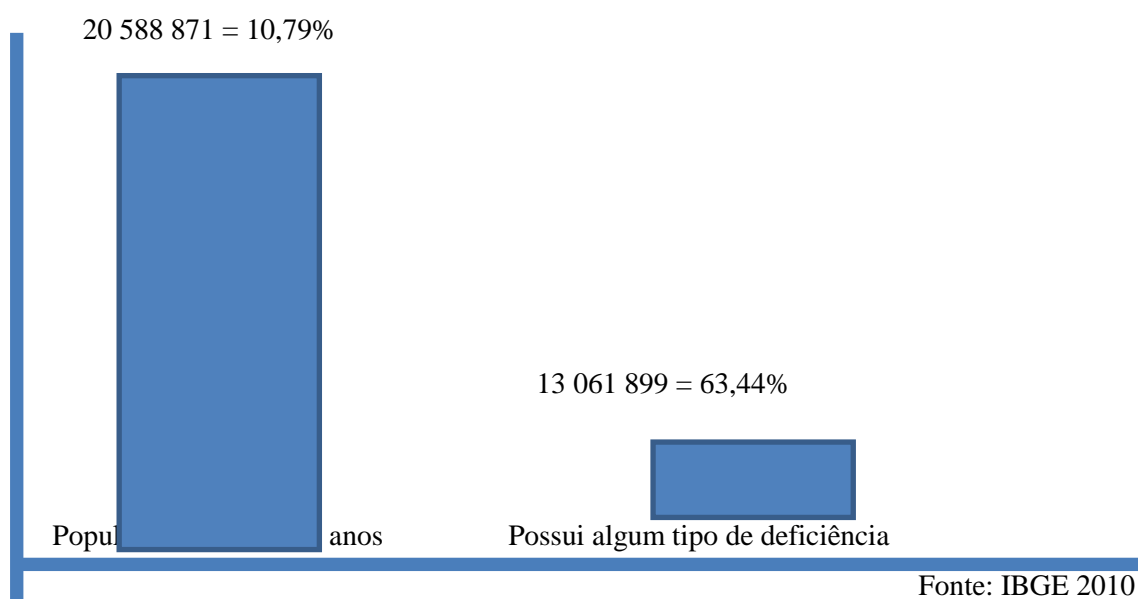
Com isso, foi possível a coleta de dados relativos às pessoas idosas com deficiência, permitindo-se analisar o crescimento populacional, e verificando-se o surgimento de deficiências na medida em que a população ia envelhecendo.

É essencial conhecer as características dessa população e, a partir disso, obter condições, tanto para analisar, quanto para sugerir melhorias nas áreas de políticas públicas, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias para a consolidação desse processo e o avanço da cidadania das pessoas idosas com deficiência, cada vez mais presentes em nossa sociedade.

Em um primeiro esforço para a aquisição desse conhecimento, o presente estudo se propõe explorar alguns aspectos da grande variedade de dados disponibilizados pelo Censo de 2010, a partir de sua sistematização e, sobretudo, destacando os principais índices, dentre eles, os relativos à cor, à raça/etnia, à renda per capita e ao sexo dessas pessoas idosas com deficiência no Brasil.

Entre as deficiências localizadas, destaca-se a visual, com maior prevalência em todos os grupos de idade, sendo bastante acentuada no grupo de acima de 60 anos, ocorrendo em quase a metade da população desse segmento. Para este segmento etário, a deficiência motora é a segunda mais frequente, seguida da auditiva e da intelectual.

Percentual de Idosos em relação à Deficiência



A investigação dos dados permitiu conhecer a parcela da população com deficiência acima de 60 anos. Mas, um dos gargalos enfrentados neste estudo foi em relação à coleta de dados através do censo de 2010, de pesquisa amostral e registros administrativos. Para algumas bases estatísticas, já existe a obrigatoriedade de abordar o tema, conforme o artigo 17 da Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989:

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subsequentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

Consolidando a importância da coleta de dados e a relevância para as pesquisas, o artigo 31 da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência trata:

Os Estados e partes se comprometem a coletar dados apropriados, inclusive estatísticos e de pesquisas, para que possam formular e implementar políticas destinadas a por em prática a presente Convenção (Corde, 2008).

Isso reforça a importância de se contar com dados harmonizados para que haja confiabilidade na pesquisa, em níveis nacional e internacional, ampliando a integração e o uso desses dados pelos usuários, coletando-se todos os dados possíveis, inclusive estatísticos, e de pesquisas reflexivas e propositivas, no sentido de formular e implementar políticas públicas e também sociais destinadas às pessoas com alguma deficiência.

O censo demográfico é utilizado por muitos países para coletar dados os mais diversificados, especialmente sobre pessoas com deficiência. Nos países em desenvolvimento, particularmente, tais dados são coletados há algum tempo (Barbosa, *et al.*, 2010). Em algumas nações, a inclusão da parte relativa à deficiência em questionários é institucionalizada, sendo mesmo oficializada por lei.

No caso do Brasil, isso passou a ocorrer após a promulgação da Lei n.º 7853, de 24 de outubro de 1989, que obrigou a inclusão nos censos brasileiros de questões que abordassem a problemática das pessoas com deficiência. Assim é que, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e seu Protocolo Facultativo, adotada pela ONU em 2006, promulgada através do decreto n.º 6949 de 2009, tendo entrado em vigor no cenário mundial apenas em maio de 2008.

Tabela 1- Total da população idosa maiores de 60 anos residentes no Brasil, por tipo de deficiência segundo a situação do domicílio - Censo 2010

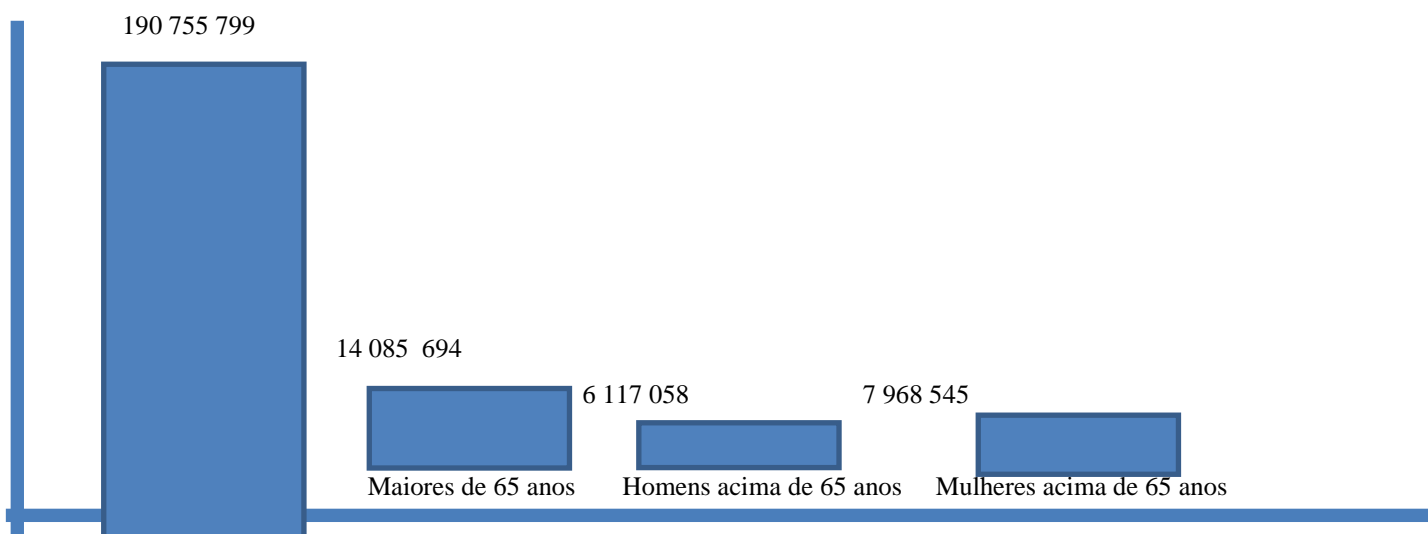
Total de idosos maiores de 60 anos, que possuem algum tipo de deficiência: 20 588 871 = 63,44%	Tipos de Deficiência			
	Visual	Auditiva	Motora	Metal/Intelectual
	9 827 057 = 47,72%	4 446 241 = 21,59%	6 795 337 = 33%	537 603 = 2,61%

Fonte: IBGE 2010

Os resultados acima apresentam o valor total de idosos acima de 60 anos e suas respectivas deficiências, sendo que o número total de idosos acima de 60 anos que possui algum tipo de deficiência é de 20.588.871, número este que está distribuído em quatro deficiências pesquisadas: a primeira é a deficiência visual que corresponde a 47.72% do total de idosos com deficiência; em segundo lugar, a deficiência motora com um total de 33%; em terceiro lugar, a deficiência auditiva com 21,59%; e, por último, a deficiência mental/intelectual com 2,61%.

Seguindo o crescimento demográfico populacional, o aumento de pessoas que possui algum tipo de deficiência é verificável nos índices apontados no último Censo do IBGE, evidenciando um aumento significativo na população acima de 60 anos, demonstrando a necessidade de um olhar mais atencioso voltado para a criação e implementação de políticas públicas voltadas a esse grupo (Sasaki, 2002).

Percentual do total da população acima de 65 anos em relação a sexo



Fonte: IBGE 2010

O coeficiente de sexo é definido pela razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população. O Censo de 2010 registrou que a razão de sexo para a população idosa com deficiência foi de 14.085.694, correspondendo a 63,44%, sendo que 7.968.545 são mulheres e 6.117.058, homens.

Esses indicadores refletem o conhecido fato de que os homens morrem mais cedo do que as mulheres, o que ocorre com frequência muito mais alta no segmento das pessoas com deficiência.

Percentual em relação ao idoso com deficiência acima de 65 anos e o fator sexo

Tabela 2: Total de idosos acima de 65 anos que possui alguma deficiência com relação a sexo

Total de idosos acima de 65 anos em relação a sexo	Tipos de Deficiência			
	Visual	Auditiva	Motora	Mental/ Intelectual
Total	7 014 791	3 605 178	5 395 677	411 608
Homens	2 894 933	1 723 439	1 892 122	169 751
Mulheres	4 119 857	1 881 737	3 503 554	241 857

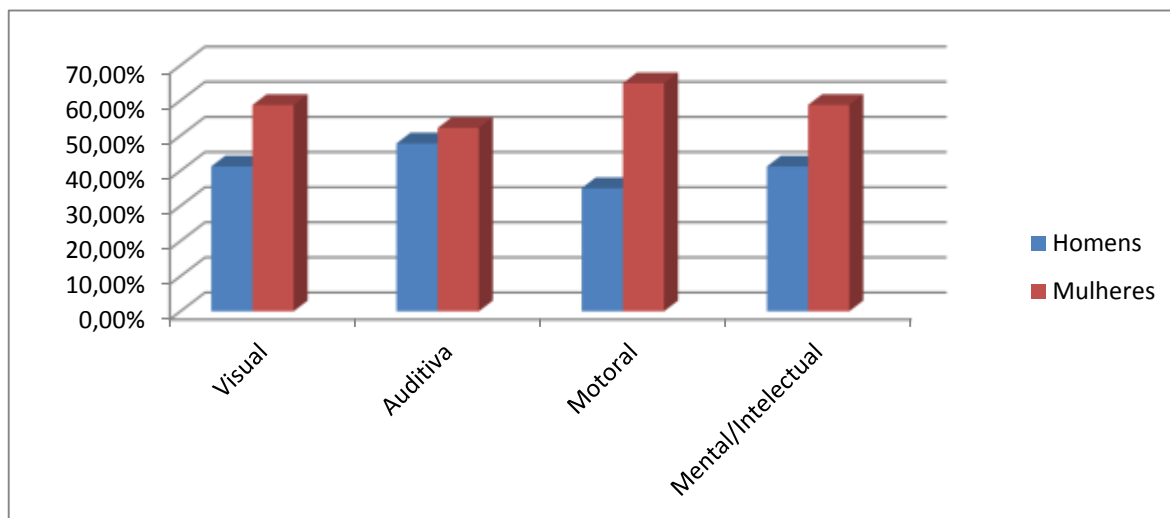
Fonte: IBGE 2010

Para as pessoas idosas com pelo menos uma das deficiências, a população feminina superou a masculina em 76,7% pontos percentuais.

Em todas as deficiências, a prevalência foi também maior entre as mulheres; o que chama mais a atenção é a quantidade de idosas com deficiência visual, totalizando 58,73%.

A deficiência intelectual para o grupo acima de 65 anos, apresenta os seguintes resultados: 2,8% entre os homens e 3% entre as mulheres.

Percentual de idosos com deficiência em relação ao sexo



Fonte: IBGE 2010

Quanto aos coeficientes de raça e cor/etnia em relação ao idoso com deficiência, o Censo de 2010 não traz dados específicos sobre a população acima de 60 anos, mas, sim, de uma forma generalizada.

Considerando a cor ou a raça/etnia das pessoas com deficiência, a maior proporção de pessoas com deficiência ocorreu na população que se declarou de cor negra; em 2010, as maiores proporções ocorreram nas populações de cor/raça negra e amarela: 27,1% encontrava-se na população de raça branca; a menor foi observada na população indígena, que ficou em 20,1%, apesar de ter havido um crescimento de 3% no segmento das pessoas indígenas com deficiência na última década.

Segundo Borges e Mendes (2004), existem várias fontes de dados sobre pessoas com deficiência, seja por meio de pesquisas domiciliares ou de registros administrativos, que inclusive podem aferir melhor certos aspectos multidimensionais da deficiência. Mas, infelizmente, poucas fontes são especializadas ou realmente utilizadas regularmente no sentido de fornecerem dados precisos sobre as deficiências.

Além disso, existe o problema das diferenças conceituais e a falta de um padrão entre as pesquisas, causando diferenças nas observações, captações e comparabilidades, ou seja, levando a uma não comunicação das diferentes fontes e ao não auxílio no processo de mensuração da quantidade real de pessoas idosas com deficiência no Brasil.

Considerações Finais

Pesquisas, como esta, que procuram evidenciar a quantidade de pessoas idosas com deficiência no Brasil, ainda necessitam de aprofundamento e análises direcionadas a essa população, que, em função de vir aumentando cada vez mais, demanda ampliação de programas e serviços sociais destinados especificamente a este segmento populacional.

Se todas as nações percebessem a importância de se criarem programas permanentes, de âmbito nacional, para reduzir ou prevenir qualquer risco que possa causar impedimento, deficiência ou incapacidade às pessoas, especialmente aquelas mais idosas, bem como programas de intervenção precoce àquelas que se tornaram deficientes, talvez o número de vitimados pela deficiência não fosse tão relevante (Corde, 2010).

Cada pessoa com deficiência, ou a família que tenha uma pessoa com deficiência no seu meio, devem receber os serviços necessários de reabilitação para a otimização do seu bem-estar físico, mental e funcional, e não apenas da pessoa deficiente, mas também de cuidadores, e da própria família, assegurando-se, assim, a capacidade dessas pessoas deficientes poderem administrar sua vida com independência, como o fazem quaisquer outros cidadãos (Carta do 3º Milênio).

Pessoas com deficiência deveriam ter um papel central no planejamento de programas de apoio à sua reabilitação. As organizações de pessoas com deficiência devem ser empoderadas com os recursos necessários para compartilhar a responsabilidade no planejamento nacional voltado à reabilitação e à vida independente (Carta do 3º Milênio).

Faz-se ver a urgente necessidade de ações e iniciativas de estudos mais detalhados sobre este grupo populacional, relativamente escasso de informações e carente de ações públicas.

Acredita-se que este estudo poderá abrir um caminho, entre tantos outros necessários, para um maior conhecimento do universo das pessoas idosas com deficiência, além de tentar plantar a semente de um maior interesse para novas questões sobre este grupo.

A importância da padronização das perguntas é grande, quando se investigam as pessoas idosas com deficiência; isso tudo a fim de promover uma comparabilidade internacional, e uma relação entre as pesquisas, registros administrativos e censos, que devem seguir um parâmetro único, para que resultados mais consistentes possam contribuir com as pesquisas e os programas voltados para este grupo e atender propriamente a cada especificidade.

Referências

Barbosa, A. M., Borges, A. da S., Silva, A. D. da, Miceli, A. P. M. R., Lemes, R. A., Ferreira, R. F. (2010). A Contribuição dos Testes e Provas-Piloto Conjuntas para o Censo 2010. In: *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu*. Recuperado em 28 maio, 2015, de: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_2/abep2010_2332.pdf.

Brasil. (1999). Decreto n.º 3.298, de 20 dez. 1999. Regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. *Diário Oficial*. Brasília, DF.

Brasil. (2004). Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens. *Ministério da Justiça*. Niterói, RJ.

Brasil. (1989). Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. *Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências*. Brasília, DF (24 out. 1989).

Borges, A., & Mendes, M. (2004). *Fontes de dados sobre pessoas portadoras de deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ (mimeo).

Camarano, A. A., & Kanso, S. (2010). Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. In: Camarano, A. A. (Org.). *Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?*, 93-122. Rio de Janeiro, RJ: IPEA.

Carta para o terceiro milênio. Recuperado em 26 maio, 2015, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm

Corde (2010). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência*. Brasília, DF. Recuperado em 01 março, 2015, de: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>.

Diretoria Geral de Estatística. (2010). *Censo Demográfico de 2010*. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *Manual do Entrevistador dos Censos Demográficos de 2010*. Recuperado em 01 março, 2015, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf.

IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Questionários dos Censos Demográficos de 2010*. Recuperado em 01 março, 2015, de: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf.

Neri, M. (2003). *O retrato da deficiência no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: FGV/IBRE, CPS (250 p.).

Sasaki, R. K. (2002). *Inclusão – construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. WVA.

Recebido em 23/06/2015

Aceito em 30/12/2015

Alyne Dayane Pacífico Souza – Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gerontologia, da Universidade Católica de Brasília (UCB). Intérprete e Tradutora de LIBRAS. Brasília, DF.

E-mail: alynevet@yahoo.com.br

Carmen Jansen de Cárdenas – Pesquisadora, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gerontologia. Universidade Católica de Brasília (UCB). Brasília, DF.

E-mail: ccardena@ucb.br; magdagis43@hotmail.com